



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000313251

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0160468-46.2011.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante HYUNDAI CAO DO BRASIL LTDA, é apelado GISLAINE AGUIAR.

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PERCIVAL NOGUEIRA (Presidente) e VITO GUGLIELMI.

São Paulo, 7 de maio de 2015

FORTES BARBOSA

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 0160468-46.2011.8.26.0100
Apelante: Hyundai Cooa do Brasil Ltda
Apelada: Gislaíne Aguiar
Voto 8325

EMENTA

Ação indenizatória – Procedência – Confirmação – Acidente automobilístico – Sistema “airbag” – Ausência de funcionamento – Prova pericial – “Quantum” reduzido para dez mil reais – Inexistência de sequelas físicas permanentes -Verba honorária mantida – Apelo parcialmente provido.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra sentença emitida pelo r. Juízo de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central (Comarca da Capital), que julgou procedente ação indenizatória, condenando a ré a pagar R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de danos morais, com correção monetária desde o arbitramento e juros de mora a contar da citação, bem como ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 15% (quinze por cento) do valor da condenação (fls. 261/264).

A apelante, de início, sustenta a ausência de prova cabal da falha no sistema de “airbag” e que a perícia, realizada de forma indireta, não pode ser considerada. Afirma, ademais, que as lesões foram leves, que inexistem danos morais e que o “quantum” foi arbitrado em valor exagerado. Finaliza, afirmando que a verba honorária merece, também, redução (fls. 271/280).

Em contrarrazões, a apelada pede a

manutenção da sentença (fls. 288/298).

É o relatório.

Na presente demanda, a autora noticia, que no início da madrugada do dia 30 de janeiro de 2011, ao cruzar semáforo existente no cruzamento da Rua São Sebastião com a Avenida Vereador José Diniz, nesta Capital, seu veículo Hyundai/Tucson CL foi violentamente abalroado por um veículo Celta, que cruzou, indevidamente, o semáforo vermelho atingindo-a em alta velocidade do lado direito. Segundo relata, o impacto da colisão foi tão forte que seu veículo saiu do chão, arremessando-a em direção ao teto do veículo que conduzia. Prossegue narrando que seu veículo, ao voltar ao chão, continuou em movimento, perdeu a direção e, ainda em velocidade, colidiu de frente, com violência, no poste do semáforo, o qual caiu sobre o veículo, do lado do passageiro. Relata, ademais, apresentando fotografias (fls. 20/21), a quebra do chassi e a destruição total da frente do veículo que conduzia. Anuncia que, em decorrência do acidente, teve ferimentos no rosto e demais partes do corpo, causados exclusivamente pelo fato dos "airbags" não terem funcionado, apesar da colisão frontal. Finaliza, requerendo indenização por danos morais no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (fls. 02/14).

Na contestação, a ré sustenta, em suma, que a autora não ajuizou, como lhe competia, a competente medida cautelar de produção da prova,

não se desincumbindo do ônus de provar suas alegações. Argumenta que o laudo apresentado com a petição inicial não pode ser apreciado, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa (fls. 83/102).

Depois de produzida prova pericial, a sentença apelada julgou a ação procedente.

Irresignada, a apelante pretende reforma e o apelo comporta provimento parcial apenas para reduzir o “quantum” arbitrado a título de indenização por danos morais.

De início, aplica-se a disciplina legal protetiva do consumidor à hipótese dos autos, pois a ré se dedica à fabricação e venda de veículos automotores e a autora, enquadra-se na definição de consumidora final, havendo enquadramento das partes nos artigos 2º e 3º do próprio CDC.

Na espécie, ademais, tem aplicação a inversão do ônus da prova estabelecida pelo artigo 6º, inciso VIII do CDC.

A inversão do ônus probatório é viável, pois persiste verossimilhança nas alegações da consumidora, o que se soma ao fato de haver sido colhida uma prova pericial comprovando essas alegações.

Comprovado o defeito no produto, por força do disposto no artigo 12 do CDC, a ré responde pelos danos morais propostos pela autora, vulnerada sua incolumidade física e psíquica, causado

sofrimento a partir da ausência de funcionamento adequado do sistema de "airbag" e da superveniência de ferimentos.

Conforme constatou o perito:

"De fato, as constatações observadas das mencionadas imagens apontam evidências que não ocorreu o acionamento dos cintos de segurança dianteiros (travamento) seguido da insuflação das bolsas de ar localizadas uma no centro do volante e a outra no painel defronte ao passageiro, ou seja, o sistema de segurança suplementar equipado no veículo em debate não foi ativado ou disparado pela central ou módulo de comando do sistema pelo acelerômetro (mede a desaceleração do automotor)" (fls. 216).

Em conclusão, afirma o perito:

"NO NOSSO ENTENDIMENTO, PARECE PROVÁVEL QUE O NÃO ACIONAMENTO DO AIR BAG FOI RESULTADO DE ALGUM DEFEITO OU MAU FUNCIONAMENTO NESSE SISTEMA, OCORRIDO DURANTE O ACIDENTE DE TRÂNSITO URBANO EM 30/01/2011 COM O VEÍCULO DA AUTORA, UMA VEZ QUE, EM CONSEQUÊNCIA DO IMPACTO, OCORRERAM DEFORMAÇÕES FÍSICAS DE INTENSIDADE MODERADA SEGUIDA DE UMA DESACELERAÇÃO SIGNIFICATIVA, SUFICIENTES PARA QUE O AIR BAG, CASO ESTIVESSE EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, FOSSE DISPARADO" (fls. 220).

Em resposta a quesito suplementar, o perito afirma que, diante da ausência de funcionamento do sistema "airbag", o cinto de segurança não foi suficiente para conter a apelada em posição e situação estáticas, resultando danos físicos no seu corpo, mormente na parte inferior das pernas e nas coxas (fls. 245).

Destarte, restou comprovado que os danos sofridos pela apelada decorreram, em especial, da ausência de funcionamento de referido equipamento de segurança, razão pela qual a procedência da ação deve ser confirmada, ainda que tenha se realizado exame pericial indireto.

No mais, a apelada, na petição inicial, não noticiou sequelas físicas decorrentes do acidente em tela, mas, tão somente, "abalo(s) psíquico e emocional sofrido(s) pelo não acionamento do sistema de segurança suplementar, que pôs em risco sua vida e (sua) integridade física" (fls. 08).

O laudo de lesão corporal, realizado no dia do acidente, constatou que houve ofensa à integridade corporal da apelada, com lesão corporal de natureza leve, não restando configurada, porém, incapacidade provisória ou permanente para as atividades habituais (fls. 58).

O acidente, em suma, não deixou sequelas físicas permanentes, razão pela qual o "quantum" arbitrado deve ser reduzido.

O critério na fixação do “quantum” da indenização deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Na espécie, além do susto e mal estar noticiados na petição inicial, não houve maior intercorrência médica, não resultando o evento em sequelas permanentes.

Se por um lado, a indenização destina-se a recompor o patrimônio moral atingido pelo ato ilícito e, também, a impedir a reiteração de atos análogos, por outro, não pode servir de fonte de enriquecimento indevido. Neste sentido é que se orientou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça: “Na fixação do dano moral, deve o Juiz orientar-se pelos critérios recomendados pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso” (REsp. nº 85.205 – RJ, in RSTJ 97/280).

Considerando-se as circunstâncias acima descritas, o valor arbitrado na sentença mostra-se exagerado, razão pela qual deve ser reduzido para o importe de R\$10.000,00 (dez mil reais), o que é suficiente para a correta repressão do ilícito praticado e para prevenir situações futuras, não criando uma situação de iníquo enriquecimento da apelada.

Por fim, diante da redução determinada no “quantum” e considerados o teor dos atos processuais praticados, a longevidade da causa e a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

magnitude do trabalho profissional desenvolvido, a verba honorária deve ser mantida, considerada, em especial, a Súmula 326 do E. Superior Tribunal de Justiça.

Reforma-se, a sentença apenas para reduzir para R\$10.000,00 (dez mil reais) o “quantum” da indenização, mantido, no mais, o veredicto.

Dá-se, por isso, provimento parcial ao apelo.

Fortes Barbosa
Relator